

ÍNDICE

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
1.	
A ADEQUAÇÃO NOS PLANOS MUNICIPAIS ÀS NOVAS REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO DOS SOLOS	9
1.1. Da prorrogação do prazo para esta adequação	9
1.2. Da reclassificação dos solos destinados à criação ou ampliação de áreas empresariais na contiguidade de solos urbanos	18
2.	
DAS ALTERAÇÕES AO RJGT EM MATÉRIA DE PLANOS/PROGRAMAS ESPECIAIS	23
2.1. O Artigo 78.º da Lei de Bases e o artigo 198.º do RJGT	23
2.2. Incorporação dos programas especiais nos planos municipais: pressupostos e consequências	31
3.	
DAS ALTERAÇÕES EM MATÉRIA DE MEDIDAS PREVENTIVAS DESTINADAS À SALVAGUARDA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	37
4.	
DAS ALTERAÇÕES EM MATÉRIA DE RATIFICAÇÃO DE PLANOS TERRITORIAIS	43

NOTAS CONCLUSIVAS	47
-------------------	----

ANEXO I

DECRETO-LEI N.º 25/2021

ALTERA O REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS
DE GESTÃO TERRITORIAL

51

ANEXO II

DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO

(COM AS ALTERAÇÕES DO DECRETO-LEI N.º 81/2020,
DE 2 DE OUTUBRO E DO DECRETO-LEI N.º 25/2021,
DE 29 DE MARÇO)

67